

ARTIGO

Memórias do processo de renovação da Escola de Serviço Social da UFRJ e da contribuição de Carlos Nelson Coutinho

Maria Helena Rauta Ramos*

RESUMO: O texto tem como objetivo relacionar o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e da Escola de Serviço Social da UFRJ, recuperando o papel de intelectuais na sua consecução e destacando o protagonismo de Carlos Nelson Coutinho.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; conservadorismo; marxismo.

Introdução

Para discorrer sobre este assunto estaria habilitado qualquer um dos professores que auxiliaram a construção de uma *nova* Escola de Serviço Social da UFRJ, na medida em que esta se constituiu num processo coletivo e do qual participaram diversos companheiros, dentre eles o professor Carlos Nelson Coutinho. Vivenciei nessa unidade acadêmica – renovada pela difusão do pensamento social crítico fundado na teoria social marxiana às novas gerações estudantis espalhadas por todo o Brasil e que, mais tarde, passariam a ocupar importantes espaços acadêmicos, especialmente na universidade pública brasileira – os anos mais produtivos da minha carreira docente, assumindo a direção de importantes processos administrativos.

Minha contribuição está dividida em duas partes. Inicialmente procuro retratar a conjuntura institucional dos anos anteriores (entre o final dos anos 1970 e a primeira metade da década de 1980) à chegada de um grupo notável de docentes e que foi decisivo para a construção de uma *nova Escola*: além de Carlos Nelson, o professor José Paulo Netto, a professora Nobuco Kameyama, o professor José Mara Gómez, a professora Marilda Iamamoto e o meu querido amigo e inesquecível professor Jean Robert Weisshaupt¹. O objetivo dessa primeira parte é mostrar o quadro em que vivíamos e que foi modificado com a participação desses nossos notáveis mestres. Relato também algumas pequenas conquistas na gestão de Maria Augusta Temponi². Na segunda parte conto, em linhas gerais, como se deu o processo de construção dessa *nova Escola*, ressaltando especialmente a participação do professor Carlos Nelson e procurando aquilatar sua influência para indicar a dívida que a Escola e o Serviço Social brasileiro têm com este querido e competente mestre e militante da construção de uma sociedade igualitária.

O enquadramento da velha Escola de Serviço Social nas décadas de 1970 e 1980

Para ilustrar a conjuntura autoritária e conservadora que existia na Escola de Serviço

Social da UFRJ antes da chegada de nosso grupo de professores, bastaria lembrar que, para que um convidado pudesse expor um assunto em qualquer sala de aula, era necessário solicitar autorização por escrito à congregação da unidade, indicando o tema abordado, a justificativa do convite e os dados do convidado. Esse protocolo exigido visava reduzir, ou mesmo impedir, a entrada de “gente estranha”, pois só eram bem-vindas pessoas referenciadas pelo grupo mais antigo da unidade de ensino.

Mas esse procedimento guardava correspondência com o regime de ditadura militar que ainda acometia o país, mesmo que estivéssemos ingressando num momento de “distensão política”, uma vez que os ventos da democracia ainda não sopravam na universidade em 1978, quando nela ingressei. Lembre-se de que parte do corpo docente era composta por assistentes sociais, muitos pertencentes a congregações religiosas (muito embora não usassem o hábito, como Maria Amália Arozo, madre superiora, e a professora Maria Aidil).

Abria-se uma conjuntura de redemocratização da sociedade em que a “linha dura” da ditadura militar perdia força política em face da resistência que crescia com os movimentos sociais. Os militares tiveram que passar, gradativamente, o poder para as mãos dos civis. As greves do ABC paulista mostravam que o movimento operário renascia das cinzas e em novos moldes, por isso era autointitulado como o “novo movimento sindical”. Tornavam-se possíveis a realização de atividades públicas e de reuniões coletivas sem a presença de representantes dos órgãos repressivos; novos partidos ensaiavam os passos para seu surgimento, assim como assistíamos, também, a articulação de partidos de esquerda que atuavam na clandestinidade, como era o caso do Partido Comunista; a periferia urbana se organizava através das Comunidades Eclesiais de Base; e, no cenário político, e com repercussão internacional, surgia o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Na Escola de Serviço Social da UFRJ convivíamos com uma estrutura centralizada e

hierárquica. A professora Maria Amália, que entregara a direção da unidade à professora Ana Stella, havia assumido a Coordenação do Curso de Mestrado, mas tudo continuava passando pelo seu aval político. Na *Convenção Nacional da Abess*³, realizada em Natal, em 1979, elaboramos um documento atendendo ao pedido da diretoria da entidade (hoje conhecida como Abepps), como preparação para o evento, e que foi discutido e aprovado em reunião da congregação da ESS/UFRJ. Para nossa surpresa, o documento foi alterado substantivamente antes de ser enviado. Como estivera em viagem no momento da elaboração do texto do documento, a professora Maria Amália, ao retornar, promoveu “correções” no documento original antes de ser encaminhado à Abess, assumindo-se como a condutora da orientação política da instituição.

Nessa ocasião compúnhamos um quadro em torno de treze docentes, dentre os quais contávamos com o apoio das professoras Leila Bugalho e Gelba Cavalcante, ambas de absoluta confiança de Maria Amália Arozo. A intervenção destas docentes possibilitou a contratação das professoras Maria Durvalina Fernandes Bastos (para o Departamento de Métodos e Técnicas em Serviço Social) e Maria Helena Lima (para o Departamento de Fundamentos do Serviço Social).

Estas duas professoras, ambas com mestrado em Serviço Social na PUC-RJ – cuja orientação teórica era, reconhecidamente, crítica – foram admitidas como “professoras colaboradoras”, dispositivo que supria uma lacuna aberta pela proibição de concurso público. Em contrapartida, Maria Amália trouxe duas outras docentes, uma delas a professora Dulce Malheiros (para o Departamento de Fundamentos), conhecida estudiosa da Fenomenologia.

O grupo crescia: de apenas três docentes com idades similares (eu, Maria Augusta Temponi e Marilena Jamur) e com posições político-ideológicas diferenciadas passávamos a contar com mais duas que ajudariam a dar outra direção à Escola. Reuníamos-nos, sistematicamente – e a depender do grau de sigilo necessário

que influenciava nossas estratégias –, na maioria das vezes, na residência da professora Marilena Jamur, próxima à Escola. Aos poucos percebíamos que o poder institucional de nossa Escola estava centrado na pessoa de Maria Amália Arozo, uma vez que todos os professores antigos foram por ela indicados, inclusive a professora Maria Augusta Temponi, que havia sido sua aluna. De algum modo, quase todos se submetiam e tinham por ela uma verdadeira reverência, mesmo não estando Maria Amália no cargo de Direção da ESS, que já era ocupado por Anna Stella.

No interior do Serviço Social, uma organização ligada aos assistentes sociais começava a se expressar: a Anas⁴, uma pré-associação sindical, de âmbito nacional, cuja direção encontrava-se radicada no eixo Rio/São Paulo, mas com articulações em todo território brasileiro.

Na América Latina, havia uma instituição que apoiava as nossas lutas sindicais – o Centro Latino Americano de Trabalho Social (Celats)⁵, dirigida por Leila Lima Santos, assistente social brasileira e uma das autoras do “Método BH”⁶. Essa instituição, entre os anos de 1979 e 1980, deu apoio efetivo às mudanças que foram operadas no quadro de nossas organizações, quando estas foram hegemônicas por grupos de esquerda da categoria de assistentes sociais; estou me referindo ao ano de 1979, com o *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)*, na cidade de São Paulo (chamado de *Congresso da Virada*), e a já lembrada *Convenção Nacional da Abess*, em Natal.

Nesse ano, o Celats financiou a vinda para o Rio de Janeiro de militantes do movimento da categoria de assistentes sociais e de professores de todo o Brasil, ministrando um curso intitulado “Análise Institucional”. O convite, oficial, dirigia-se às instituições e designava o docente convidado. Da nossa Escola, fomos convidadas eu e Maria Durvalina Fernandes Bastos. Esse convite nos trouxe problemas políticos internos. Aqueles professores que, de algum modo, já “desconfiavam” de nossas orientações políticas, agora tinham a certeza: éramos, de fato, as “comunistas”, tão temidas por setores

majoritários da Igreja Católica. Neste mesmo contexto, no interior do Serviço Social, emergia uma corrente que lutava por uma prática vinculada aos movimentos sociais na esteira da luta pela democratização da sociedade.

Em 1980, o Celats ministrou um curso intitulado “Política Social”, na cidade de São Paulo, financiando a participação de diversos assistentes sociais e professores do país. Fui contemplada com uma bolsa que custeou minhas despesas, obtida por meio de uma seleção feita pela Abess a partir de um concurso de monografias. Na verdade, nesse curso tivemos pela primeira vez acesso a uma discussão sobre teoria política, estudando textos marxistas sobre o Estado capitalista⁷. Quando o grupo de professores da “velha guarda” retornou do *Congresso da Virada* (1979) reuniu-se por horas seguidas (sendo proibida a presença dos “novos”). Discutiam como lidar com a nova situação no interior da Escola, a fim de impedir a repercussão entre nós desse processo⁸.

Logo depois do *Congresso da Virada*, o Celats programou uma reunião na UFRJ, creio que no primeiro semestre de 1980, com o objetivo de propor um convênio. Esse evento causou alvoroço interno, de tal forma que não sabíamos se ele ia mesmo acontecer. Se por um lado, Maria Amália Arozo, por suas vinculações internacionais, sabia que não se podia recusar a vinda de representantes de uma instituição tão representativa na América Latina, por outro lado, rondava o perigo iminente do “comunismo” dominar nossa Escola. O ambiente entre os professores era de tensão. De toda maneira, apesar dos receios do grupo conservador, chegou-se a um momento que não se podia mais postergar a visita. A representação do Celats veio à Escola, mas poucos professores compareceram e nenhum acordo foi firmado, contrariando as intenções da entidade.

A luta de transformação da Escola de Serviço Social da UFRJ começou, então, com o grupo dos professores mais novos, dentre os quais eu era a que despertava mais desconfiança política das antigas. A professora Maria Durvalina Fernandes Bastos (apesar de bem mais nova,

vinha de uma experiência de vinculação a um Centro Acadêmico estudantil combativo de sua escola em Mato Grosso) se destacava entre nós e assumia a orientação política de nosso grupo. Devemos a ela as vitórias que obtivemos nesse primeiro momento de construção da nova Escola⁹. E com ela aprendi não apenas táticas de luta institucional, como também alguns conceitos marxistas, especialmente aqueles referentes à discussão da relação teoria/prática. Havíamos constituído um grupo de estudos que tratava dessa relação. Dizia que, quando fosse descoberto como se concebia a relação teoria/prática em Marx, seriam proibidos os encontros daquele grupo de estudos.

Uma das expressões do conservadorismo na Escola de Serviço Social transparecia na inexistência de uma política de extensão universitária, consequência da absoluta ausência de qualquer relacionamento mais estreito com movimentos sociais ou mesmo com qualquer trabalho em favelas, o que, aliás, era muito comum naquela conjuntura. Para preencher essa lacuna, tão denunciada por mim, a então diretora Anna Stela manteve contato com o “Projeto Rondon”, firmando um convênio no qual participaria atuando em comunidades. Surgia assim uma experiência de extensão (em 1981), pela primeira vez em comunidade de periferia, especificamente nas favelas Praia da Rosa e Sapucaia, na Ilha do Governador/RJ. A partir de uma articulação com o movimento dos assistentes sociais do Rio de Janeiro, foi indicada para integrar o projeto de extensão a professora Maria Inês S. Bravo, pela Faculdade de Medicina.

Assumiram a coordenação desse projeto de extensão as professoras Maria Durvalina e Maria de Fátima Cabral, uma vez que muitos, eu inclusive, em 1985, saíram para cursar o doutorado. Na prática cotidiana, estávamos elaborando um projeto da nova Escola de Serviço Social para o qual contamos, muitas vezes, com o apoio da Associação dos Docentes da UFRJ, sobretudo quando sofriamos pressão da ala mais conservadora (e, porque não dizer, de direita) como era o caso da professora Maria da Glória Anin Ferreira que, invariavelmente,

acusava-nos de “comunistas”. Por outro lado, recebíamos apoio da professora Nair, sensível às lutas sociais, então presidente do Banco da Providência e integrante do Departamento de Política Social e Serviço Social da Escola.

Com a saída de Ana Stella da direção da Escola, criara-se um clima de conflito interno, de cunho ideológico, mas principalmente geracional, que levou o Reitor a recolocar Maria Amália Arozo para ocupar a antiga posição. No entanto, como ela viajava muito (era mãe superiora de sua congregação), e deixava a professora Aidil dirigindo a Escola, conseguimos, com o apoio do Centro Acadêmico dos estudantes, afastá-la e colocar Maria Augusta Temponi como diretora temporária. Mas sua posição política, aparentemente liberal, de fato autoritária, nada mudou, ao contrário, instituiu outros dispositivos inexistentes antes, como por exemplo, o uso de uma campanha para chamar a seu gabinete um de seus três funcionários.

Exercendo a direção excepcionalmente, indicada pelo Reitor, por um período de dois anos, Maria Augusta Temponi disputou um novo mandato com Tecla Machado Soeiro, esta última candidata dos professores da primeira geração. Através de escrutínio fechado na congregação obtivemos a maioria dos votos e, então, ela pôde dirigir a Escola por mais quatro anos. Durante os seis anos de Maria Augusta Temponi reunimos forças para que, mais à frente, ganhássemos a legitimidade necessária para promover as mudanças.

Nesse período, fizemos uma revisão curricular do curso de graduação, antes mesmo da orientação nacional da Abess. Nosso currículo, muito antigo, sofrera modificações pontuais (como a exclusão da disciplina *Canto Orfeônico*, dentre outras do gênero). Nessa reforma, a principal novidade consistiu na introdução da disciplina *Movimentos Sociais I* como obrigatória e, como optativa, a disciplina *Movimentos sociais II*, vitória que obtivemos derrotando a ferrenha oposição dos professores conservadores, tendo à sua frente à professora Maria da Glória Anin Ferreira.

Contraditoriamente, obtivemos apoio de Maria Augusta para promover algumas alterações no quadro docente. Em sua gestão realizou-se a transferência definitiva, de Aracaju para a UFRJ, de Gelba Cavalcante como professora titular, e o deslocamento da professora Maria Inês de Souza Bravo da Faculdade de Medicina para a Escola de Serviço Social. Na ocasião, tentou-se trazer também o professor Jean Robert Weissaupt da Universidade Federal de Sergipe, já que ele vinha colaborando na construção de nosso projeto de Escola por meio de uma assessoria direta ao nosso grupo, na condição de convidado do movimento da categoria de assistentes sociais do Rio de Janeiro. Sua transferência ficou impedida de se concretizar por uma nova legislação que a proibia.

Ainda sob a direção de Maria Augusta Temponi, convidamos o professor José Paulo Netto para analisar o projeto do curso de mestrado. Ou seja, ensaiávamos os primeiros passos para convidá-lo a se integrar ao quadro de professores da ESS/UFRJ não só pela trajetória e produção no campo do Serviço Social, mas, também, por sua vinculação orgânica ao Partido Comunista Brasileiro. Também convidamos Hilton Japiassu (do quadro do nosso mestrado, cedido pelo IFCS/UFRJ) a dar parecer sobre a nova proposta de currículo do mestrado. Seu parecer acabou gerando debates que acirraram as posições entre aqueles que buscavam a renovação e aqueles que procuravam manter seu “pedaço”. Tivemos neste momento a medida exata de nossas forças, certos de que a melhor conjuntura para iniciar a construção do novo mestrado seria aquela que se abriria com a aposentadoria do restante do grupo da primeira geração que ainda restava. E assim aconteceu¹⁰.

No bojo dessas lutas, a partir da criação da Associação de Docentes da UFRJ, um nome apareceu no cenário político acadêmico: o do professor Horácio Macedo¹¹, comunista histórico que representava naquele momento o que se tinha de melhor dentro da academia brasileira. Seu nome obteve legitimidade suficiente para que fosse designado, majoritariamente, por meio de eleição direta, cujo resultado foi

acatado pelo Ministro da Educação e pela Presidência da República, dando início na UFRJ ao que se convencionou chamar de “era Horácio Macedo”.

No quadro nacional, o processo de democratização avançava, oportunizando ao movimento da categoria de assistentes sociais alguns avanços. Registre-se a reforma da legislação profissional culminando numa nova reformulação do *Código de Ética do Assistente Social* (em 1986) da qual participei ativamente como assessora do Conselho Federal de Serviço Social, entre os anos de 1985-1986.

A nova Escola de Serviço Social da UFRJ

Com o transcurso do tempo, a geração mais velha de professores, classificada aqui como a primeira geração, foi se aposentando pouco a pouco. E os novos ventos vindos da conjuntura universitária e da democratização da sociedade brasileira provocaram efeitos benéficos sobre todos nós.

Quando Horácio Macedo assumiu a Reitoria da UFRJ encaminhamos um documento contendo nossas reivindicações e o perfil de Escola de Serviço Social que gostaríamos de construir. Este foi um marco, de fato, da grande transformação desta Unidade de Ensino, não apenas em termos quantitativos como qualitativos. Nosso quadro de docentes constituía-se de treze professores e, ao final da gestão da qual fui diretora (1986-1990), já contávamos com cerca de trinta docentes. O quadro de funcionários aumentou de três para quinze.

Assim, em 1986, a Escola de Serviço Social da UFRJ finalmente reuniria as condições objetivas e subjetivas para envidar todo esforço para efetivar o projeto de uma *nova Escola* – cuja concepção contou com a contribuição diferenciada de um grupo de professores, ao qual integrava Maria Durvalina Fernandes Bastos, Maria Inês de Souza Bravo, Gelba Cavalcante de Cerqueira e Jean Robert Weissaupt –, que se tornaria nos anos seguintes a proposta que representava os anseios da maioria dos professores e dos estudantes. Este projeto expressava

a necessidade de um ensino de qualidade orientado pelo pensamento crítico fortemente influenciado pela tradição marxista e ancorado numa direção social articulada à prática dos movimentos sociais (como se dizia à época) e vinculada numa orgânica relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Com o quadro favorável de redemocratização da universidade e da sociedade brasileira iniciamos uma nova fase na Escola, aquela dirigida por este grupo de professores, cuja unidade foi constituída na luta em dias difíceis. Estava constituído de fato um grupo de professores que compartilhava um projeto de Escola de Serviço Social, que se erguia no compasso da dinâmica da conjuntura política da UFRJ e, também, do país que vivia o processo de democratização. No ano seguinte, em 1987, a professora Gelba acabou também deixando a Coordenação de Estágio, sendo ocupada pela professora Elizete Cardozo, recém-transferida da Ufes.

Além das reformas físicas em nossas instalações e de sua total incorporação à nossa Unidade, necessitávamos modificar as condições subjetivas para a instauração efetiva da *nova Escola*, ou seja, exigia-se a entrada em cena de outros novos sujeitos, professores convidados com formação marxista para executar o projeto que vínhamos elaborando.

O movimento estudantil cumpriu a sua parte, vigilante, denunciando qualquer desacerto de nossa parte e apoiando as iniciativas que seus dirigentes consideravam consequentes. E assim caminhamos. Conseguimos mais do que almejávamos, obtendo as seguintes conquistas, dentre tantas:

- A vinda para a Escola de Serviço Social da UFRJ do que havia de melhor na área (ou seja, os professores José Paulo Netto, Marilda Yamamoto e Nobuco Kameyama) e em outras áreas das ciências sociais (Carlos Nelson Coutinho, José Maria Gómez e Jean Robert Weissaupt), constituindo um corpo de professores afinado com nosso projeto que se pautava na crítica à sociedade burguesa. Desse modo, pudemos atrair

estudantes de todo o Brasil e da América Latina, formando quadros críticos capazes de intervir no Serviço Social e na sociedade, com preparo teórico e prático para introduzir mudanças significativas na formação de futuros assistentes sociais em articulação com as lutas da classe trabalhadora;

- A ampliação da base física da Escola de Serviço Social com instalações adequadas ao projeto de uma nova sede¹² e equipamentos necessários ao ensino de qualidade. Anteriormente funcionávamos no andar superior do então prédio da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, além da incorporação do prédio *Anexo* conquistado por meio de uma greve dos estudantes que lembrei anteriormente;

No plano acadêmico, o que fizemos nessa gestão se resume a alguns processos que colocaram a nossa Escola no cenário nacional: as revisões curriculares do curso de graduação (em 1982 e, depois, em 1993, reafirmando e aperfeiçoando os avanços anteriores), a reformulação do currículo do mestrado e a criação do curso de graduação no turno noturno (pioneiro na UFRJ) em 1993, a elaboração da proposta do curso de doutorado criado em 1994-1995 e, ainda, a circulação de um periódico do nosso programa de pós-graduação – a Revista *Praia Vermelha* – cujo primeiro número saiu em 1997.

No que concerne à *participação do professor Carlos Nelson Coutinho* nesse processo de construção dessa *nova Escola* de Serviço Social, destacamos:

- a sua intervenção enquanto professor de disciplinas tanto na graduação (onde se dedicou, especialmente, às disciplinas de *Política Social*) quanto no mestrado e no doutorado, coordenando, como professor titular, as disciplinas da área de *Teoria Política* e, ainda, ministrando cursos voltados à formação social brasileira e ao estudo sistemático do pensamento de Marx, Lukács e Gramsci;

- o grande volume de dissertações de mestrado e teses de doutorados que orientou na Escola, assentados na tradição marxista, auxiliando no processo de formação de uma massa crítica que renovou os quadros docentes não apenas de nossa unidade, mas também de escolas e faculdades de Serviço Social em todo o Brasil;
- a sua vasta e rica produção científica que nos ajudou a garantir nossa ascensão no quadro da avaliação da Capes e nos auxiliou a conquistar no interior da UFRJ respeitabilidade acadêmica como unidade de elevado padrão de ensino e de pesquisa;
- a sua intensa e constante participação nas diversas atividades acadêmicas que promovemos, desde debates mais restritos à nossa unidade até eventos de caráter internacional que projetaram a ESS/UFRJ para além de nosso país;
- a sua responsabilidade e generosidade com as quais, em nossos fóruns e instâncias político-universitárias, sempre marcou sua contribuição ao participar dos espaços que exigiam a sua presença como professor titular da Unidade. Carlos Nelson integrou incontáveis bancas de concurso público para professores, de avaliação funcional docente, de seleção de mestrado e de doutorado etc.

Pois bem, na formulação e na efetivação do projeto da *nova Escola* e de sua política acadêmica, é importante lembrar ainda de quatro ocorrências em que há a manifestação da destacada intervenção de Carlos Nelson Coutinho.

Primeiramente, em torno do início de 1988, quando estávamos imersos nos debates para uma reforma curricular do curso de graduação, realizou-se um Seminário que expunha a ambiência de conflitos que caracterizava nossa Unidade marcada por divergências de natureza ideológica que empobreciam a necessária discussão teórica. Carlos Nelson, já envolvido em nossas atividades, encaminhou um debate sobre pluralismo na universidade pública resultando em um artigo

intitulado “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”¹³ que não só aperfeiçoou nossas propostas como também obteve enorme ressonância no Serviço Social brasileiro, tornando-se um texto muito influente na área.

Outra intervenção relevante de Carlos Nelson se deu no processo de criação do doutorado (em 1994) para o qual, assumindo uma posição favorável ao projeto que o idealizava, colaborou de forma decisiva para sua elaboração. Alguns professores eram contrários à existência de um doutorado em Serviço Social com o argumento de que a área não dispunha de acúmulo teórico suficiente para sustentá-lo e que não possuía competência para dispor de um curso de doutorado. Esses argumentos foram derrotados com o seguinte raciocínio: o Serviço Social não se explica a si mesmo, mas a partir de suas determinações sociais e históricas que precisam ser conhecidas e explicadas. Em um seminário que realizamos em Petrópolis, o professor Carlos Nelson participou de todos os três dias e, junto a outros docentes e representantes estudantis do mestrado, destacou-se na elaboração das linhas gerais do projeto, fornecendo os fundamentos teóricos mais decisivos para sustentar nossa argumentação favorável à criação do curso de doutorado.

O terceiro evento se desenrolou ainda na gestão da professora Maria Inês de Souza Bravo (1990-1994), provavelmente no início de 1991, a partir de um seminário específico para pensar a graduação, realizado em Santa Teresa (RJ). Carlos Nelson, mais uma vez, influenciou nos debates que culminaram numa nova proposta que renovou o Currículo Pleno do curso de graduação da Escola.

Finalmente, lembro-me de que, ao assumir a Coordenação da Pós-Graduação em 1994, encontrei o projeto de doutorado aprovado, dentro da UFRJ, na formatação feita fundamentalmente por Jean Robert Weisshaupt e por Nobuco Kameyama, a partir das contribuições de alguns membros do corpo docente do mestrado, dentre os quais, destaque-se o professor Carlos Nelson Coutinho que esteve presente nos momentos mais determinantes para a estruturação da proposta final do novo doutorado.

Aprovamos a proposta em agosto de 1994 e obtivemos a aprovação da Capes ainda nesse mesmo semestre.

Penso que a participação de Carlos Nelson Coutinho, juntamente com outros professores aqui citados, fez da Escola uma unidade de ensino e de pesquisa com enorme visibilidade na UFRJ e no Serviço Social do Brasil e da América Latina. Na verdade, ela é fruto de um incansável trabalho coletivo, mas, certamente, é também devedora da significativa produção intelectual deste que está entre os mais notáveis marxistas brasileiros. Deve-se também mencionar a relevância para nossa Escola das obras dos professores José Paulo Netto e Marilda Iamamoto. Também não posso deixar de ressaltar o exaustivo trabalho de Jean Robert Weisshaupt e de Nobuco Kameyama (que nos abandonaram muito cedo), além da valorosa contribuição de José Maria Gómez.

Notas

- ¹ Todos os citados são ou foram docentes da ESS/UFRJ. O professor Carlos Nelson Coutinho ingressou nela em 1986, aposentou-se em 2011, tornando-se emérito no mesmo ano. José Paulo Netto ingressou em 1987, aposentou-se em 2010 e, assim como Carlos Nelson, também foi condecorado com o título máximo da academia em 2010. A professora Nobuco Kameyama atuou na Escola de Serviço Social entre 1987 e 2008; faleceu em 2011. José Maria Gómez é professor da unidade desde 1988. Marilda Vilela Iamamoto foi docente da unidade entre 1987 e 1995, quando aposentou-se (hoje integra o quadro docente da Faculdade de Serviço Social da Uerj). E Jean Robert Weisshaupt atuou na Escola de 1987 a 2002, quando faleceu.
- ² Foi professora e diretora (1982-1986) da ESS/UFRJ.
- ³ Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, criada em 1946, hoje Abepss

- (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).
- 4 Associação Nacional de Assistentes Sociais, criada em 1983 a partir da Ceneas (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais), de 1979.
 - 5 O Celats, sediado em Lima, e a Alaets (Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social) tiveram papel de destaque no movimento de reconceituação da profissão no continente.
 - 6 O famoso “Método Belo Horizonte” (conhecido como *Método BH*) foi uma das principais expressões do processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Suas propostas, estruturadas por docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, entre 1972 e 1975, traziam aproximações iniciais à tradição marxista.
 - 7 Com base nesse curso, a professora Maria Inês de Souza Bravo (ex-colega da turma do curso de Mestrado da PUC-RJ, militante do movimento ligado à saúde pública e que, na época, era professora colaboradora da Escola de Medicina da UFRJ) e eu elaboramos um artigo que foi publicado pelo Cbciss [Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais], por indicação da professora Leila Bugalho. Ver: Rauta Ramos, M. H. e Bravo, M. I. S. “Serviço Social e prática institucionalizada: algumas questões”, in: *Debates Sociais*, Cbciss, v. 1, n. 1, 1983, p. 27-36.
 - 8 Não compareci a esse evento histórico porque o “clima” na Escola estava muito pesado. Antevia o que poderia se passar naquele Congresso [*Congresso da Virada*], mas seu resultado superou as minhas expectativas.
 - 9 Mas não somente. O projeto arquitetônico da sede atual da Escola teve como base o *croqui* por ela elaborado com a minha participação. Discutimos nossas necessidades acadêmicas a partir do projeto de Escola que tínhamos e assim dispusemos
- 10 Vale destacar um movimento importante deste período, ainda com Maria Augusta Temponi na direção da Escola: uma greve encaminhada pelos alunos e apoiada, inicialmente, por parte dos professores, que exigia a liberação do prédio que hoje denominamos de *Anexo* para o uso como salas de aula. Após quase um mês, finalmente o CFCH/UFRJ obteve da reitoria a concessão para o Curso de Serviço Social da ESS/UFRJ.
 - 11 Horácio Macedo foi dirigente do PCB e reitor (o primeiro no Brasil a ser eleito pelo voto da comunidade na redemocratização) da UFRJ entre 1985-1989.
 - 12 Na inauguração de nossa nova sede, em 1988, dois anos depois de iniciadas as obras, comemoramos instalando na entrada uma placa em homenagem àquele que muito colaborou para a existência dessa *nova Escola*: Horácio Macedo. É bem verdade que tudo foi obtido contando com a força do movimento estudantil e com o apoio dos professores. E nesse ritmo construímos a *nova Escola*, equipando-a e formando-a com base no novo quadro de professores.
 - 13 Publicado em *Cadernos Abess* n. 4. São Paulo: Cortez/Abess, maio, 1991.

Maria Helena Rauta Ramos

- * Doutora em Serviço Social, foi professora, coordenadora do Programa de Pós-Graduação e diretora (1986-1990) da ESS/UFRJ. Publicou diversos artigos em revistas especializadas e organizou a coletânea *Metamorfoses sociais e políticas urbanas* (Rio de Janeiro: DP&A, 2002).